

Convém perguntar-nos: o que é uma criança? Essa pergunta deve ser postulada de uma forma especial, como quando se perguntou o que é um louco, o que é um neurótico. Assim como o questionamento à loucura se constituiu um rico despertar do pensamento psiquiátrico, creio que o mesmo pode ocorrer ao perguntar-se se existem as crianças. Que refração em nosso pensamento se produz quando chamamos de criança um homem imaturo?

Se revisarmos o panorama deste questionamento nos encontramos – ou eu me encontro – com uma surpresa. Quem entrou mais comprometido nesse campo foi Arnaldo Rascovsky com seu estudo e campanha filicida, com todo o enorme acervo de dados e interpretações verdadeiras e fantasiosas, mostrando a alta incidência do maltrato infantil. Uma criança é um homem imaturo que pode ser assassinado por um homem maduro e efetivamente isso acontece freqüentemente. Essa é a mensagem dos estudos sobre o filicídio.

O mérito da proposta *rascovskyana* está em sua denúncia, e sua falha na explicação do fenômeno. Rascovsky não vê que a condição da criança é um efeito social, que a sociedade nos leva a olhar a questão infantil do mesmo modo que nos convida a olhar de soslaio o problema do feminismo, das minorias oprimidas ou do movimento *gay*.

Há uma diferença, que na realidade é um agravante: que existe um poder negro, um poder da mulher, um poder do proletário, um poder dos dissidentes dos direitos humanos, mas não existem condições para uma revolução infantil. E quando existem, na literatura, se tornam bem macabras para os adultos: lembrem, por exemplo, O Senhor das Moscas.

A inocência da criança oculta a culpa da sociedade. Percebemos que Freud teve esse *insight* analisando o pequeno Hans, pois, algumas considerações extraídas de sua contratransferência mostram um Freud aliado à causa da criança, ao seu poder desmascarante do meio social. Essa cumplicidade de Freud é própria de todo psicanalista de crianças que entra na lógica delirante de um jogo infantil, em situação de transferência. Duas pessoas de formação inglesa souberam transmitir mais que ninguém a qualidade da empatia lúdica: Winnicott, e uma analista injustamente pouco conhecida: Marion Milner (aconselho aos analistas de crianças a leitura do trabalho “O papel da ilusão na formação de símbolos” em *Novas Direções*).

É Winnicott também que fala do ódio da criança.

Qual é o bebê de Winnicott, o Winnicott clínico que observou milhares de bebês? A situação é a seguinte: a mãe chega à consulta com um bebê nos braços. Winnicott coloca uma cadeira junto da sua mesa. Enquanto começa a falar, Winnicott coloca o isqueiro ao alcance da mão da criança. Várias coisas podem se passar. Pode não se passar nada, o que é grave; ou a criança pode olhar o isqueiro, manuseá-lo, manipula-lo, levá-lo à boca e, eventualmente, descartá-lo por não ser mais um objeto do seu interesse. Ou, o que costuma acontecer que a mãe interfira no ciclo básico do

* Conferência proferida em Salvador, 1978, para o primeiro grupo de formação de psicanalistas.

processamento da atenção do filho. Mas também pode aí estar a mãe que acompanha o processo, facilitando-o. Essa mãe tem *rêverie* (adiante voltaremos ao tema da *rêverie*). O bebê de Winnicott involucra a mãe mais além do uso habitual do termo “relação mãe-filho”, já que o desejo alucinado do bebê se realiza em sua capacidade de *rêverie*, que faz com que o objeto real – o peito, em primeira instância – apareça antes do objeto alucinado e o complete. Winnicott e Marion Milner falam de “ilusão” e de “fusão” ao descrever estes fenômenos. Voltaremos à questão da *rêverie* quando falarmos da atenção lúdica.

Qual é a história da psicanálise de crianças? Freud faz apenas uma alusão na História do Movimento Psicanalítico, mas é uma referência importante. Quando fala “do triunfo de quando foi possível confirmar quase todas as minhas inferências pela observação direta e análise de crianças pequenas”. A psicanálise de crianças convalida clinicamente o Freud teórico. Mas vai mais além, já que acrescenta : “...esse triunfo logo perdeu sua magnitude quando fomos nos dando conta gradualmente que a natureza da descoberta era tal, que deveríamos estar envergonhados de fazê-la”. Ou seja, nos dá uma medida da repressão do adulto, seu desconhecimento do que a criança expressa. Mas se todas as inferências já haviam sido feitas, qual a surpresa?

Um analista kleiniano responderá, sem vacilar, que a surpresa aparece refletida na cosmovisão de Melanie Klein.

Historicamente a psicanálise de crianças se bifurca na encruzilhada dessa frase de Freud: a escola de sua filha, a criança annafreudiana, a criança que confirma o Édipo, e a escola kleiniana que o complica, o antecipa, o desenquadra, o retira de seu fiel e, portanto, de seu papel vertebral. A criança kleiniana - ou seja, aquela que se revela na ludoterapia – é literalmente a criança perversa polimorfa que Freud alude.

Concordo com Deleuze e Guattari quando dizem que o mérito de Melanie Klein está no reconhecimento do papel dos objetos parciais. Um objeto parcial é um objeto sem limites, sua lógica é a do processo primário. O objeto parcial é o objeto perverso: nesse sentido a escola kleiniana foi a que mostrou a plena vigência da criança como perversa polimorfa.

Nesse sentido a psicanálise de criança foi a que contribuiu com mais tijolos à construção da teoria psicanalítica das perversões.

Quero contar um caso que tem a ver com a psicanálise de crianças. Uma vez estava no bar de um barco observando o diálogo de uma mulher de uns trinta e poucos anos com uma menina de sete. Era um diálogo fácil, respeitoso, ambas pareciam interessadas. Então me fiz a pergunta: o que chama a atenção nesse diálogo? Em seguida compreendi o que se passava: era o tipo de diálogo que as mães não têm com os filhos, nem os filhos com as mães. Mas a menina de pronto chama a senhora de mamãe. Era uma mulher linda. Em parte por isso me aproximei e lhe disse: Senhora, lhe cumprimento por sua boa relação com sua filha. Mas, porque cargas d’água o disse! A partir desse momento, a menina passou a comportar-se infernalmente mal: entrou no estado maníaco das crianças que se sentem observadas. E não foi por ciúmes de mim. A menina começou a assumir o papel que as meninas têm com as mães.

Isso se aplica diretamente à psicanálise com crianças. Estamos diante de um problema de enquadre, o tipo de relação que se estabelece no campo da ludoterapia. E aqui vale minha

experiência das 50.000 horas, não só como analista de crianças, mas também como supervisor desta experiência. Parte desta experiência foi direcionada para um trabalho clínico, intitulado “A Interpretação Lúdica” (cuja leitura recomendo), e que tomo como ponto de partida para certas considerações gerais de natureza técnica. Nesse trabalho critico a disposição passiva, tanto do analista kleiniano, como, sobretudo, do annafreudiano, que atende à produção da criança com esse instrumento verbal que é a Atenção Flutuante. O peixe do inconsciente não se pesca nas redes da Atenção Flutuante. A unidade expressiva da criança pequena não é a palavra, mas a polivalência do símbolo plástico, do brinquedo.

A Atenção Lúdica, ao contrário, ressoa como uma atividade corporal, uma postura lúdica, eu diria, onde inclusive a palavra é tomada como um brinquedo. A atividade lúdica do analista, por sua proximidade com o expressivo, se inicia com um corpo que reflete o jogo da criança. A atividade lúdica, à maneira de uma discreta pantomima, acompanha a da criança. Para dar um exemplo simples, o analista que modela a argila junto com a criança, estando seu boneco de modelagem de algum modo relacionado com o da criança. Essa atividade lúdica nos lembra a *rêverie*, que mencionamos há pouco. Do mesmo modo que a *rêverie* da mãe completa ativamente a produção de seu filho, a função da atividade lúdica é a de multiplicar o potencial expressivo do jogo.

O analista em atividade lúdica é justamente o oposto de dois tipos de analistas que se vê freqüentemente na clínica: o analista maternal, e o analista que interpreta. No primeiro caso temos o analista com o espírito do jardim de infância, que confunde liberdade de brincar com permitir passivamente que a criança ponha fogo em seu consultório. No segundo caso temos o analista que muda de voz quando vai fazer uma interpretação. Quando se escuta uma fita gravada com por esse tipo de analista, tem-se a impressão de que cada interpretação é dada desde o púlpito. Com esse tipo de analista se dá uma resposta praticamente universal nas crianças: a rejeição violenta à interpretação como algo que não deve ser escutado. A criança tapa os ouvidos, ou grita em cima da interpretação para sufocá-la.

Aqui introduzo a noção de co-gestão, como módulo terapêutico. Definimos co-gestão como uma relação criadora entre duas pessoas. Duas pessoas que pensam juntas, ou que jogam juntas estão em uma relação de co-gestão. A *rêverie* seria um modelo clássico de co-gestão.

Co-gestão se pode reconhecer como o material que se produz fora da transferência, fora da neurose de transferência, cada vez que são dadas as condições para a produção do material associativo livre. Desgraçadamente estes são momentos raros no consultório (na sala de jogos).

A maioria das análises transcorre no espaço repetitivo de uma transferência negativa. Se o ruído que afeta este processo de comunicação costuma ser de tal magnitude poderia se falar de uma alta percentagem de reações terapêuticas negativas, se não fosse pelo fato, aparentemente paradoxal, que muitas destas reações negativas se dão em crianças que, à luz da clínica, se vão “curando”. Mas o êxito não abranda o fracasso.

O fato que uma criança melhore, nesse tipo de relação petrificada de transferência negativa, nos fala melhor do abismo que separa a criança do adulto, onde qualquer coisa é melhor que nada.

Em meu trabalho anterior denominava interpretação lúdica aquela que se dá a partir do jogo. A interpretação lúdica é jogada /falada/ dramatizada/ corporificada no jogo. A contratransferência se apóia no simbolismo plástico do jogo, como o mostro em um exemplo simples de uma menina que apunhalava um boneco de massa de modelar que tinha o nome de “mamãe”. A menina lhe cravava um lápis no ventre. Quando lhe imito o jogo, me surpreendo pela maciez dessa massa. Isso me orientou contratransferencialmente a ver o temor de ferir a mãe, junto com o desejo de fazê-lo.

A relação perversão / crianças.

Em um grupo de estudos sobre crianças, na Bahia, o interesse clínico geral nos levou rapidamente, pelo viés de um caso de fetichismo do pé (em um menino de dois anos), ao estudo das perversões.

Estou insistindo sobre este ponto por considerar que ele nos traz o problema colocado no início da conferência sobre a guerra dos adultos contra as crianças. O analista que se instala como pai edípico, dono da palavra, ou que se instala como a mãe que tudo aceita e contém, estão entretendo uma relação violenta com a criança. É uma domesticação, no sentido que é educativo.

Contudo existe o poder infantil. Eu não creio na criança *rousseauiana*. As crianças são grandes perversas, são usinas de sexualidade e ódio incompetentes e insatisfeitos. Mas se existem leis para evitar a extinção dos leões...com isso quero dizer que o analista não tem que ser domador. O problema do poder da criança se exerce na relação neurótica da família.

Nesse sentido, creio que convém revisar, com olhos críticos, a relação aparentemente simples da amnésia infantil. Como vocês sabem, a sexualidade infantil sucumbe à repressão ao entrar no período de latência. É um esquecer por repressão que se oculta como se fora um esquecer por incompreensão. Existe um registro, é um continente submerso, como a amnésia histórica. Mais ainda, a amnésia infantil é, para Freud, o protótipo da amnésia histórica.

Historicamente se pode datar a amnésia infantil como o efeito da consolidação do supereu. O primeiro passo do supereu é queimar na fogueira as grandes crônicas pré-edípicas. A criança tem que ser socializada, a escola a espera, a cultura, a lei civil, a lei marcial, etc.

Mas a amnésia infantil opera em outro nível, num sentido oposto: deve-se esquecer um grande amor. Junto com os horrores reprimidos se reprime as grandes delícias. As delícias dos objetos parciais. Nesse sentido a latência é como o serviço militar da infância. Ao entrar nela perde-se a imortalidade.

A amnésia infantil é um produto social. O adulto colabora ao acender o fogo da fogueira. Mas sua contribuição é mais ativa: a mãe tem uma amnésia do seu filho de peito. O peito, se se quer, tem uma amnésia. A amnésia infantil é a amnésia dos objetos parciais do adulto.

Creio que o Antiédipo compreende mal o período da latência, apesar de interpreta-lo corretamente. No meu entender, o triângulo edípico nasce como lembrança encobridora, como história que se conta no lugar dos textos queimados da primeira infância. Nesse sentido inverteríamos a frase de Freud que diz que o período de latência sobrevém como resultado do

declínio do Édipo. Esta é, eu diria, a história que representa o período de latência como lembrança encobridora.

Mas é certo que o período de latência é uma idade média entre duas guerras (ou duas épocas). Os grandes amores e os grandes ódios da infância encontram novas armas biológicas na adolescência, e o que foi amnésia infantil, agora é hiato geracional. A temática é a mesma, a solução é distinta.

Numa análise de adultos neuróticos, a amnésia infantil e a brecha geracional continuam com a neurose de transferência. A típica neurose de transferência que apresenta o adulto, que repete para não recordar.

Fiz esse arroteio para fazer a seguinte observação: a criança não entra em neurose de transferência. Só a passagem para a adolescência proporciona as condições para que se estabeleça uma neurose de transferência, onde pela primeira vez se repete para não recordar.

Que se passa com a criança então?

Aclaremos um ponto: em que sentido a criança não entra na neurose de transferência. Não que a criança não tenha transferências, ela as tem ou as está criando nesse momento; o que lhe falta é a neurose, não a transferência. Dito de outra forma: enquanto existe a neurose infantil não pode haver neurose transferencial. E nesse sentido Freud tem razão quando assinala o caráter nuclear do Édipo. A cicatriz do Édipo é a amnésia por um lado, e uma história não resolvida por outro.

Essa história não resolvida, à maneira de uma neurose traumática, invisível e silenciosa, é a roupagem que vestirá a neurose transferencial do futuro candidato.

A criança pré-edípica (todo tempo estou falando das análises precoces) não está estruturada para ter uma neurose transferencial. Ademais, seus primeiros amores, fora o amor do pai e da mãe, são intensos amores focais, mais ligados à rede de interesses que à rede erótica.

Aqui existe uma constatação empírica: a grande diferença que existe no tratamento de uma criança de menos de quatro anos e uma acima de quatro anos. No primeiro caso, o analista tem que esticar ao máximo sua fantasia para acompanhar o vôo infantil; no segundo caso, o analista morre de tédio no deserto imaginativo que é a sessão de um latente. Um latente está aprendendo a ser neurótico com os adultos.

Repitamos a questão: que se passa com criança então?

Essa pergunta deve ser iniciada por um juízo deontológico. Está bem esse *knock out* técnico que significa a latência. Ou ainda que a finalidade continue sendo deontológica, relativizando a coisa e dizendo: que atitude tomar frente à amnésia infantil? É necessário esquecer para sublimar? Freud não diz isso.

Nós sustentamos a tese, alertados por Rascovsky, que em torno da resolução complexo de Édipo / amnésia infantil, a sociedade exerce seu ato filicida sobre as crianças.

Creemos que a amnésia infantil, como episódio cultural, involucra aos pais. Tanto o adulto quanto a criança que o adulto leva consigo desejam que sobrevenha a amnésia infantil. A criança tem que socializar-se, os objetos parciais não servem, a criança tem que esquecer o peito, e até a chupeta é reprimida.

Vocês conhecem o caminho epigenético da criança que Erikson descreve magistralmente em *Infância e Sociedade*. As crises da criança ou a criança crítica, que o autor dá continuidade até a velhice, quando a crise se dá entre desespero e sabedoria. A crise do latente, segundo Erikson, é a crise da indústria. A criança se converte em *homo* tecnológico. É curioso que Erikson, um admirável paisagista dos afetos, não faz menção, ao descrever esta crise, do sofrimento que implica perder o infernal paraíso dos objetos parciais, para entrar em cheio na sociedade industrial do século vinte, com a divisão de trabalho e a máquina ideológica modelando gente – não a todo vapor, como no século passado, mas a toda produção eletro-robótica, usando um neologismo.

Por isso é importante que o analista situe-se frente à amnésia infantil e que se dedique a tornar consciente o inconsciente. Esta é a principal contribuição de Melanie Klein: interpretar o reprimido, levantar o véu da amnésia. O analista de crianças se coloca ao revés do período de latência, por assim dizer: o ideal superideal seria tornar consciente a amnésia, sustentar pela sublimação a entrada no mundo adulto. [se pode falar de resistência organizada; que a latência vai de encontro à corrente da psicanálise kleiniana]. Nada mais difícil para a auto-estima que analisar um latente.

Esta última frase não serve para o analista annafreudiano. Ao contrário, sua tarefa analítica o leva a reforçar o processo de neutralização libidinal. Até como sistema pedagógico é antiquado.

Continuando, gostaria de dizer algumas palavras a respeito de minha posição como analista de crianças.

Quero contar outro caso que talvez complemente aquele da senhora com a filha no barco. Acontece que cada vez que alguém que me conhece e sabe que fui analista de crianças não acredita. Pensam que é brincadeira. Você que odeia crianças, como pode tê-las analisado? Isso chegou a me preocupar, até que me dei conta que, efetivamente, não era que eu tratava com indiferença às crianças, senão que eu era o único, talvez, que as tratava de igual para igual. Eu creio que a maioria das pessoas, sejamos claros, a maioria das mães e dos analistas de crianças tratam aos seus filhos e aos seus pacientes artificialmente. Toda mãe é uma grande formação reativa; ainda mais: tem que ser. Correção: toda boa mãe é uma formação reativa.

Bom, voltando à minha prática de psicanálise com crianças, eu fechei a sala de jogos há vinte anos. É muito comum que o analista de criança se aposente dessa prática ainda jovem e deixe as crianças para tratar de adultos. O motivo mais importante para essa mudança reside no fato de que os adultos, para fins do processo analítico, são órfãos. O adulto paga sua análise, estabelece suas férias, fica o tempo convencionado; não se tem que lidar com as mães, pais ou avós.

Mais de vinte anos! Todas as minhas crianças devem ser senhores e senhoras, casados ou capazes de se-lo. Naquele momento as técnicas de laboratório não haviam sido inventadas. Eu ainda não conhecia as incipientes comunidades terapêuticas. Naqueles anos a ludoterapia estava, se poderia

dizer, à esquerda da análise de divã, no sentido que involucra o corpo, coisa que assinalei ao falar da interpretação lúdica.

Outra coisa curiosa na época, ou seja, no auge da psicanálise kleiniana, foi a falta de contato com os pais da criança. Falta de contato em todos os níveis: teórico, técnico e prático. Não se tinha pensado seriamente em incluir os pais na terapia de uma ou outra maneira. A participação dos pais vai ser, sem dúvida, um tema importante nesse curso. Disse que não se tinha pensado seriamente porque nesse momento a mãe contava na terapia como personagem perigoso que tinha que ser bem “manejado”.

Foi Winnicott, também os americanos (um Haley, por exemplo) que introduziram a mãe como personagem importante na consulta de uma criança. Como pessoa que a completa. A isso se soma o aporte laciano sobre o desejo da mãe. A compreensão da criança passa pela conduta da mãe. Se eu analisasse uma criança hoje, a veria junto com a mãe, e poria como objetivo da análise a suspensão da amnésia infantil.

Fechei a sala de jogos, mas há poucos anos tive meu último caso de psicanálise com crianças, e quero apresentá-lo brevemente. Um amigo jovem, músico, se separou bruscamente. Havia se apaixonado por outra mulher. Quando contou a Gabriel, seu filho de oito anos, este lhe escutou em silêncio e lhe deu uma resposta adulta: lamentava por sua mãe, por seu pai, e por ele mesmo. O pai disse-lhe que poderiam falar de homem para homem, e Gabriel lhe respondeu que sim, mas havia coisas que não poderia falar com ele, nem com os meninos, porque seus amigos não tinham pais separados. Com quem poderia falar então, perguntou o pai? E Gabriel respondeu que poderia falar com um psicanalista. “Entendem dessas coisas”. Essa resposta surpreendeu meu amigo que, incidentalmente era e é muito antianalista. A questão é que Gabriel pediu uma consulta comigo, através do pai.

Concordo que esse é um caso atípico: Gabriel é um menino superdotado. Mas o menino atual é, em média, diferente do que atendia há vinte anos atrás. Freud é texto na escola primária.

Prossigamos. Gabriel na primeira entrevista se senta em frente a minha mesa e temos uma sessão de meia hora. Gabriel está com vontade de falar da separação de seus pais, e me conta, ao invés disso, um conto fantástico, absurdo, de um herói que está vivo e morto ao mesmo tempo e que vive no fundo do mar. Pergunto-lhe se essa história tem a ver com a separação dos seus pais e ele diz que não. Pergunto-lhe se tem a ver com a forma como falam as crianças, e ele me diz que sim. Um adulto compreende como falam as crianças? Pergunto-lhe e me diz que não.

Então combinamos que eu vou lhe contar como os “grandes” falam da separação, e ele vai me contar como falam as crianças.

Gabriel aceitou e começa a me perguntar sobre o gravador que tenho sobre a mesa. Decidimos começar com lápis, papel e gravador como únicos meios lúdicos, e não acrescentamos nenhum outro nos três meses que durou a terapia.

Embora tudo pareça muito bonito e muito claro, as primeiras sessões foram difíceis. Sentia-me inadequado no papel do “grande”, que fala sobre separações e não compreendia a linguagem das

crianças. Sentia-me bobo, pouco inspirado. As sessões se passavam com os contos fantásticos que o gravador registrava, sendo meu papel o de repórter que introduz e edita as fantasias do menino.

Essas fantasias me produziam mal-estar porque eu não sabia quem era quem, elas eram demasiadamente frondosas para um latente, e demasiadamente latentes para um esquizofrênico.

Depois de uma sessão particularmente perplexizante e escorregadia, confiei-lhe meu conto de adulto que está cego e entra em contato com uma turma de meninos morto-vivos, que às vezes o acariciavam, e às vezes o comiam. “Assim que os grandes se sentem”, finalizo assim o conto, e lhe faço escutar no começo da sessão seguinte. “Eu não quero lhe comer”, comenta Gabriel, muito vaidoso, mas começa a me contar um novo conto fantástico, que como grande sonho de histérico se filtra, rapidamente, como água pelas penas do pato.

Eu lhe digo que o problema de como falam os meninos é que, quando têm medo, não podem deixar de repetir. Digo-lhe isso desde o meu papel de repórter de rádio, frente ao gravador.

- Minha irmã menor chora quando lhe conto esses contos – diz Gabriel (e eu me dou conta que havia esquecido a existência de sua irmã menor).
- Ela também chora porque papai não vem dormir em casa.

Passa a contar que seu pai se machucou na rua. Torceu o tornozelo, diz, e as lágrimas caíram.

- Seu papai chorou quando lhe contou que sairia de casa? – perguntei-lhe com a sensação de haver achado o ponto.

Ele o negou, mas não tinha jeito: seu gesto de parar o gravador e seu sobressalto o haviam delatado. Parece que quando o pai lhe contou a história estavam fazendo uma viagem de carro, e no momento mais trágico para o pai, este havia parado o carro sob o pretexto de “ver se havia furado um pneu”, e Gabriel inclusive escutou um soluço sufocado. Isso o impactou muito.

Assim os contos fantásticos das sessões eram equivalentes de “ir a ver se havia furado o pneu”. E os contava para não chorar, mas também para mostrar-me que os adultos contam mentiras.

Esse é um fragmento, por certo incompleto, de uma psicoterapia breve e pouco convencional de um latente. Disso quero extrair algumas conseqüências técnicas. Tomo essa terapia como modelo de “co-gestão” na terapia de criança (não esquecer que a terapia de Gabriel era gratuita). O modelo da “co-gestão” (duas pessoas jogando) tem uma aplicação reduzida em terapia de crianças e talvez sirva melhor como técnica de pronto-socorro, ou em terapias breves, como nesse caso (que poderia ter sido paga se não houvesse um vínculo e pelas circunstâncias do pai). Creio, ademais, que a terapia de Gabriel mostra que uma criança pode respeitar um enquadre “adulto”, realizado em um consultório de adultos, se se estabelece na entrevista inicial as razões pelas quais nós nos reunimos com uma criança e, se a criança, como Gabriel, assume o desejo de nos consultar. Caso contrário, eu faria a terapia junto com a pessoa (leia-se “mãe”) que deseja que a consulta se realize.

O exemplo de Gabriel nos leva a questionar a conveniência de usar brinquedos com a criança pós-edípica. Como observa Urânia (Urânia Peres), o uso do brinquedo com o latente nos parece um tanto irreverente.

Nos últimos anos tive oportunidade de supervisionar analistas de crianças e nestas ocasiões tratei de discutir o emprego de técnicas de laboratório com os ludoterapeutas. Como demonstrou Pavlovsky, o psicodrama é a técnica eleita para os adolescentes e púberes. Qual é a técnica para os latentes? Aqui existe um vasto campo empírico. Talvez o emprego destas técnicas seja um bom ponto para discussão.

Tradução: Ma. Auxiliadora Mascarenhas Fernandes